

- CASO/NOME DO USUÁRIO: A.P, A.C. e A.P.
- IDADE: Respectivamente 14 15 e 17 anos
- DATA EM QUE OCORREU: 5/ 7/ 2006
- LOCAL DA VIOLÊNCIA: Hospital Psiquiátrico da Santa Casa de Rio Grande
- CIDADE/ESTADO: Rio Grande – RS
- DENÚNCIA: No dia 5 de julho, quarta-feira, às 22h50, três meninas morreram carbonizadas em um quarto do Hospital Psiquiátrico da Santa Casa de Rio Grande. São elas: A.P. - 17 anos - natural de Nonoai (já estava de alta); A.C. - 15 anos, completados dentro do hospital. Natural de Cruz Alta (também estava com alta); e A.P. - 14 anos - Natural de Rio Grande.
- CONTEXTO: No hospital psiquiátrico, o grupo formado por Sandra Fagundes (Ministério da Saúde),

Neuza Guareschi (Conselho Regional de Psicologia - CRP/07), e Károl Cabral (Fórum Gaúcho de Saúde Mental – FGSM) foram recebidos por uma psicóloga e pela responsável administrativa pela psiquiatria. Ambas estavam bastante abatidas, pois além da tragédia vivida estavam sem dormir. Na conversa apareceu o reconhecimento do despreparo da instituição e da equipe para atender adolescentes dependentes de drogas, já que esse não é o trabalho cotidiano deles. Falaram do que foi feito para salvar as pacientes: uma técnica de enfermagem entrou no quarto enrolada em um cobertor encharcado de água, mas não conseguiu retirá-las. Sobre a evitabilidade e o que poderia ter sido feito, não foi possível falar, estavam muito tomadas pela situação. Em seguida o grupo conversou com o Sr. Rodolfo de Brito, diretor administrativo do complexo da Santa Casa. O administrador estava acompanhado pelo médico psiquiatra Márcio Silveira. Rodolfo apresentou a defesa já constituída por eles. Relatou que o serviço é ótimo (tem equipe multiprofissional, foram bem avaliados no PNASH, tem residência em psiquiatria), que são referência (para todo estado e Santa Catarina) e que esta tragédia só ocorreu porque o judiciário manda internar de forma compulsória e eles são obrigados a acatar a ordem do juiz. Mostrou os ofícios enviados pelo judiciário e também as comunicações que eles (administração e psiquiatras) haviam feito, pois duas das meninas estavam de ALTA e os juízes de Nonoai e de Cruz Alta ordenaram a permanência no hospital. Também foi apresentada uma foto aérea do local (para mostrar que os bombeiros não tiveram dificuldades de acesso, como estava escrito nos jornais) e explicada desta forma o ocorrido: <...> às

22h50 começou o incêndio. A equipe estava completa. A médica de plantão que estava realizando um atendimento foi auxiliar o recepcionista e a técnica de enfermagem, assim como outros profissionais a retirar os pacientes. As gurias que colocaram fogo estavam dentro do quarto, foram convocadas verbalmente, mas não quiseram sair. Os profissionais abriram a porta, mas aí o fogo aumentou e não foi possível o resgate. Uma das técnicas tentou entrar, mas não conseguiu e ainda está com ferimentos de queimadura (ficou chamuscada, não ferida). Os bombeiros, assim como eu e outros profissionais também chegamos e em 20 minutos o fogo foi debelado, mas as meninas estavam carbonizadas. A perícia interditou os quatro últimos quartos da enfermaria e os demais já estão sendo habilitados: pintura, arrumações necessárias (o que se constitui em problema para uma fiscalização ou nova avaliação. A equipe deu 12 altas na sexta. Nenhum momento fez alguma reflexão sobre as decisões tomadas: colocar as meninas

no mesmo quarto, os cuidados necessários (os trabalhadores fizeram, mas estavam na defensiva para falar mais).

- CONSEQUÊNCIAS: Ao tomar conhecimento do fato, o Conselho Regional de Psicologia organizou um grupo e garantiu a logística para visitar o local e desvendar o ocorrido. Assim, na sexta-feira, dia 7 de julho, seguiram para Rio Grande: Sandra Fagundes, pelo Ministério da Saúde, Neuza Guareschi, pelo Conselho Regional de Psicologia - CRP/07, e Károl Cabral, pelo Fórum Gaúcho de Saúde Mental - FGSM. Vale lembrar que os Ministérios da Saúde e dos Direitos Humanos, a Secretaria Estadual de Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde, por meio do Flávio Resmini e de profissionais da 3ª Coordenadoria de Saúde da vigilância sanitária, da assistência hospitalar e da saúde mental, bem como da coordenação de saúde mental de Rio Grande passaram a quinta-feira no hospital verificando o que ocorreu e que medidas tomar. O Secretário Nacional de Saúde Mental do Ministério da Saúde, Pedro Gabriel Delgado, a psicóloga Carmen Oliveira, da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos da Criança e Adolescência, e representantes da Secretaria Estadual de Saúde monitoraram a visita constantemente. Todos com a atitude de repúdio ao fato e de agir em relação ao mesmo. A forma como a notícia foi veiculada em um dos maiores jornais do Estado, afirmando que “a ajuda chegou em menos de 10 minutos, porém não teve acesso ao quarto porque as meninas o haviam trancado com camas” deixou a entender que “a responsabilidade da tragédia era das próprias meninas, que se queimaram vivas por serem umas drogadas e não por não terem recebido atendimento adequado no local que, em tese, as isolou do mundo para protegê-las de si mesmo”. Ainda na quinta-feira, foram abertos inquérito policial e processo no Ministério Público para apurar os fatos. Sandra sugeriu que seja criada uma comissão para encaminhar o ocorrido e desencadear ações para criação de serviços que atendam às necessidades das crianças e dos adolescentes na cidade e região, constituída pelo município, Ministério Público, universidade, Estado, Ministério da Saúde, Conselho da Criança e do Adolescente, trabalhadores, Fórum Gaúcho de Saúde Mental e hospital. Deixando claro que o desfecho almejado pelo grupo (MS, CRP, Fórum) era diferente do hospital, pois deseja prescindir do hospital psiquiátrico. Incluindo uma discussão com o judiciário, recorrendo, inclusive, à corregedoria (instância fiscalizadora dos juízes). Na reunião com o município ficou combinado que a comissão seria instalada na semana seguinte. Na Secretaria do Município o grupo foi recebido pela dentista Maria de Lourdes (que estava substituindo a secretária de saúde), pela psicóloga coordenadora da saúde mental e um psicólogo do CAPS. Foram sugeridos alguns encaminhamentos como criação de comissão com representantes da secretaria, do hospital, do Fórum, dos direitos humanos, do ministério e do judiciário. Também foi discutida a constituição da rede de assistência à criança e ao adolescente, principalmente no que tange ao atendimento de usuários de drogas. O Secretário Nacional de Saúde Mental, Pedro Gabriel Delgado, enfatizou que o fato será pautado no núcleo de combate à violência a ser instalado entre MS e dos Direitos Humanos.

- FONTE DAS INFORMAÇÕES: Relatório elaborado pela comitiva formada pelo CRP/RS, Ministério da Saúde e Fórum Gaúcho de Saúde Mental, realizado no dia 7/7/2006 para averiguar o caso de incêndio no Hospital Psiquiátrico da Santa Casa de Rio Grande

